

## Udo quer contar recreio como hora-atividade

Proposta da Prefeitura de implementação de um terço de hora-atividade rouba mais de 60 horas por ano dos professores

pág. 3

Kályta Morgana de Lima

**ESTADO DE GREVE - pag. 3**



Servidores de Itapoá se mobilizam para exigir que prefeito negocie as reivindicações da categoria

Mala Direta Básica  
9912405031/2016 - DR/SC  
SIND SERV MUN JVE  
Correios

DEVOÇÃO GARANTIDA  
CORREIOS  
Pode ser aberto pela ECT

- Mudou-se
- Desconhecido
- Recusado
- Falecido
- End. Insuficiente
- Não existe nº indicado

Reintegrado ao serviço postal em

\_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_  
\_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

RESPONSÁVEL

MAIO DE 2018 | NÚMERO 52 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | [www.sinsej.org.br](http://www.sinsej.org.br)



# Jornal do SINSEJ

JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JOINVILLE E REGIÃO

*“Novo Sistema Nacional de Saúde” tem o objetivo de destruir o Sistema Único de Saúde (SUS) em benefício de empresas privadas*

Divulgação | Abril Exame



## Planos de saúde propõem o fim do SUS público

Empresários defendem modelo dos EUA, onde a população é desassistida e quem ganha são os seguros

pág. 4

## NENHUM AVANÇO NAS NEGOCIAÇÕES

Próxima assembleia de Joinville é em 24 de maio e presença de todos os servidores é essencial

pág. 3



Udo Döhler ignora todas as pautas dos trabalhadores da Prefeitura e considera o seu governo muito bom

EDITORIAL  
ULRICH BEATHALTER

## Um mês para organizar e lutar

Estamos em maio, mês em que celebramos o Dia do Trabalhador. Ocasão ímpar para relembrar as lutas de muitas gerações de trabalhadores, que nos antecederam e propiciaram que hoje tenhamos alguns direitos elementares, como salário e jornada fixa de trabalho.

A pressão da mídia, os discursos de patrões e governos pretendem soterrar nossa consciência de classe, a memória dos nossos antepassados, a história viva de homens e mulheres, trabalhadores e jovens, que deram mais que algumas horas de dedicação – por vezes sangue, suor e lágrimas, literalmente – para melhorar as condições gerais de vida e de trabalho. Foi a unidade, organização e luta dos trabalhadores que garantiu limites para a jornada de trabalho, salário mínimo, férias, 13º, previdência, saúde e educação públicas... Ao longo da história, cada pequeno benefício, cada reajuste de salário, plano de carreira, serviço público, aposentadoria – foi conquista arrancada contra a vontade dos patrões e seus governos.

Por anos, fomos bombardeados com calúnias. Querem nos convencer de que lutar não vale a pena, que nossas organizações não servem para nada. Há tempos a burguesia vem preparando o terreno para inverter a lógica da evolução da sociedade. Para ampliar os lucros de quem já tem demais, hoje vemos a ofensiva

para tirar nossa aposentadoria, nossos direitos, diminuir nossos salários e destruir os serviços públicos.

As grandes corporações internacionais e os governos financiados por elas sabem exatamente o que estão fazendo. Vendem a ideia de que é preciso um esforço de todos para superar a crise, que temos que aceitar perder direitos para manter os empregos, que é preciso entregar os serviços públicos para as empresas. O que não mostram é o quanto ficam mais ricos a cada dia, à custa da dor, do sofrimento e da morte de milhões de pessoas ao redor do mundo.

O Capitalismo é um horror sem fim. Jamais vai permitir que superemos a fome, a miséria, as guerras, as doenças da Idade Média. Está na hora de construir uma nova sociedade, em que as necessidades dos seres humanos sejam mais importantes que o lucro. Podemos fazer nossa parte, defendendo o serviço público, gratuito e de qualidade para todos, em todos os níveis.

Combatemos a exploração quando lutamos por salários e benefícios maiores para todos. Menos dinheiro para bancos e empresas! Mais serviço público e mais direitos aos trabalhadores!

Vamos construir o nosso Maio de luta. Não nos contentemos com as migalhas do orçamento público.

Filie-se ao seu sindicato. Participe da Campanha Salarial em sua cidade.



Historicamente, foi a unidade, a organização e a luta que garantiu todos os direitos dos trabalhadores

### PRESENTE DE UDO NO MÊS DOS TRABALHADORES

## 3 ANOS SEM LICENÇA-PRÊMIO



Portaria que suspende pagamento de licença-prêmio, venda de um terço de férias e abono natalino foi presente do prefeito de Joinville para o Dia do Trabalhador

### CURTAS

Envie pautas para [jornalismo@sinsej.org.br](mailto:jornalismo@sinsej.org.br)

### Marielle: onde está a Justiça?

Em 6 de maio, a imprensa nacional revelou novas informações sobre a morte de Marielle, vereadora pelo PSOL no Rio de Janeiro. Erros na perícia, como a arma usada no assassinato, estão sendo revelados só agora. Segundo informações, a submetralhadora HK MP5, que matou Marielle e seu motorista, é utilizada por forças de elite da polícia do Rio. Uma arma de alta precisão que não é facilmente apreendida com criminosos no estado. Além disso, outros “erros” da perícia inicial podem comprometer a investigação. Foram erros mesmo? Quem os matou? Onde está a justiça?

a participar de uma reunião com os diretores do sindicato, no dia 30/5, às 19 horas, no auditório do Sinsej. Ne-

la, serão discutidas as atribuições dos cargos e outros problemas enfrentados por esses profissionais.

### IMAGEM DO MÊS



Divulgação

### Campanha Salarial da CVJ

Servidores da Câmara de Vereadores de Joinville aprovaram sua Pauta de Reivindicações da Campanha Salarial 2018 em 26 de abril. Este ano, além da revisão do INPC e o ganho real, para recuperar perdas salariais, os trabalhadores pedem o aumento do vale-alimentação, investimento na saúde dos funcionários, entre outras questões. O sindicato chama os funcionários do Legislativo a se mobilizarem.

### Supervisores e orientadores

Todos os orientadores e supervisores da educação de Joinville estão convocados

### Greve na capital contra OSs

Em abril, os servidores de Florianópolis iniciaram uma greve contra um projeto que abre portas para Organizações Sociais (OSs) na administração do município. Na prática significa a privatização.

# Udo não concorda com nada na Pauta

Próxima assembleia da categoria acontece em 24 de maio, às 19 horas, no Sinsej

**JOINVILLE** - A próxima assembleia da Campanha Salarial 2018 acontece dia 24 de maio, às 19 horas, no auditório do sindicato. Até o fechamento desta edição do Jornal do Sinsej já havia ocorrido três reuniões de negociação com o governo e mais uma estava agendada para 21 de maio. Udo Döhler negava-se a discutir qualquer ponto econômico da Pauta de Reivindicações e nenhuma outra solicitação dos trabalhadores havia sido acatada.

Para o presidente do Sinsej, Ulrich Beathalter, o que melhor define a atitude desta gestão nas mesas de negociação é que o governo “vive em uma bolha, incapaz de enxergar a situação da categoria e da população”. Ao lado de todo o secretariado, Döhler utiliza boa parte dos encontros com o sindicato para argumentar que a sua administração é a

melhor que a cidade já teve. Por exemplo, o prefeito afirmou que a melhor gestão do Ipreville é a dele, mesmo nunca tendo pago uma cota previdenciária patronal em dia.

A inflação oficial de maio (INPC) deve fechar em torno de 1,6%. Todo trabalhador sabe que este número não corresponde ao aumento real do custo de vida. Por isso, é inadmissível que a Prefeitura se negue até mesmo a discutir esse primeiro ponto da pauta. Além disso, a categoria tem uma defasagem histórica nos salários e exige mais 5% de reajuste. O vale-alimentação, hoje em R\$ 296,95, está muito abaixo do custo da cesta básica apurado pelo Dieese, de R\$ 425, e isso precisa ser corrigido.

Além disso, há outros pontos essenciais na pauta, como a revogação da portaria que suspende a



Apenas a mobilização da categoria conseguirá fazer com que prefeito valorize seus trabalhadores

possibilidade de vender um terço de férias, as indenizações e gozo de licença prêmio e o abono natalino (reeditada em 1º/5). Também a regulamentação da lotação

e transferência dos servidores.

Os servidores de Joinville conhecem o caminho para conquistar reivindicações. Desde 2010 todos os avanços salariais, au-

mento do vale-alimentação, gratificações, entre outros direitos, só foram obtidos com muita mobilização. Participe da próxima assembleia.

## Servidores de Itapoá em estado de greve

**ITAPOÁ** - Os servidores municipais deflagraram estado de greve em assembleia realizada em 8 de maio. Essa decisão foi tomada diante da atitude de Marlon Neuber de ignorar o conjunto da Pauta de Reivindicações. Minutos antes do início da assembleia, o prefeito enviou uma proposta aos trabalhadores: reposição da inflação mais 1% de ganho real. Ele ainda propôs manter a mesma oferta para os anos de 2019 e 2020.

“Com esse posicionamento, Marlon ignora o conjunto da Pauta de Reivindicações 2018 e busca inibir a campanha salarial dos próximos anos”, disse o presidente do Sinsej, Ulrich Beathalter. A categoria exige que o prefeito ini-

cie as negociações, melhore a proposta econômica e discuta com o representante legal dos trabalhadores, o sindicato, todos os pontos da pauta.

### Prazo para Marlon

O prazo final para Marlon atender as reivindicações é 23 de maio, data da nova assembleia da categoria. Além das cláusulas econômicas, os servidores lutam pelo envio à Câmara de Vereadores do novo Plano de Cargos, Carreira e Salário – acordado na Campanha Salarial de 2016. Entre outros pontos, também está na Pauta a revogação da portaria 2.602/2018, que suspende a regulamentação da lotação e transferência dos funcionários, garantido pelo Estatuto.

Kályta Morgana de Lima



Prefeito Marlon Neuber não quer negociar

## Recreio não é hora-atividade

**JOINVILLE** - A notícia de que a Prefeitura vai implantar a hora-atividade conforme a Lei do Piso nas séries iniciais do Ensino Fundamental encheu de esperança todo o magistério. Todavia, a forma como esta implantação será feita precisa ser encarada com atenção pelos professores.

O sindicato já solicitou audiência com a Secretaria de Educação para buscar esclarecimentos a respeito da forma dessa implementação, sobre a qual o secretário Roque Mattei não se deu ao trabalho de dialogar com a entidade. Em conversa com assessoria do secretário, os diretores do Sinsej foram infor-

mados que o recreio será computado como hora-atividade.

### O Sinsej está atento e lembra que a hora-atividade é do e para o professor

Aqui reside o ponto que exigirá dos professores atenção e disposição para não permitir que essa situação se torne realidade. Ao se computar o tempo de recreio como hora-atividade, a Prefeitura deixa de conceder 75 minutos por semana de hora-atividade, que deveriam

ser destinados para preparo de aulas, estudos e correções. Na prática, serão mais de 60 horas de trabalho por ano que serão roubadas dos professores pela Prefeitura.

A Campanha Salarial 2018 precisa garantir que a forma como será implantada a hora-atividade seja justa e correta. Os professores das séries iniciais precisam se engajar para não serem roubados em seu tempo de trabalho. O Sinsej está atento e lembra que a hora-atividade é do e para o professor. Participe da próxima assembleia da categoria, dia 24 de maio, às 19 horas, no sindicato.

## Direito à educação infantil pública

**JOINVILLE** - O acesso à educação infantil é um direito da criança e da mãe. No Brasil, esse direito foi legalmente garantido somente com a Constituição de 1988. Mais recente ainda, apenas há 22 anos, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação infantil foi desvinculada da assistência social e se tornou uma etapa do Ensino Básico. Essas foram conquistas da classe trabalhadora, não bondade dos patrões ou governos.

No entanto, até hoje não há vagas o suficiente e isso influencia principalmente a vida das mulheres. Para poder trabalhar, estudar

e participar politicamente da sociedade, as mães precisam ter assegurado o direito de seus filhos à educação infantil de qualidade, em tempo integral.

Em abril deste ano, a fila de espera por vagas em Centros de Educação Infantil (CEIs) em Joinville era de mais de 6 mil crianças. A Prefeitura previa ainda a abertura de mais 2,7 mil vagas, mas principalmente por meio de convênios com unidades privadas. Uma denúncia veiculada na imprensa da cidade, no final de 2017, revelou que atrasos em obras de sete CEIs

de Joinville já custavam R\$ 2,2 milhões, o que pagaria a construção de uma oitava unidade. Além disso, R\$ 16 milhões são gastos por ano com a compra de vagas privadas.

O Sinsej chama toda a categoria – composta por quase 80% de mulheres – a se engajar na luta por universalização das vagas públicas, gratuitas e para todas as crianças nos CEIs. É preciso ficar atento ainda à expansão de compra de vagas privadas, à terceirização e à entrega dos serviços para Organizações Sociais (vide situação de Florianópolis).



## Empresários querem que dinheiro público vá para os planos de saúde

Em abril, aconteceu em Brasília o 1º Fórum Brasil. Organizada pela Federação Brasileira de Planos de Saúde (Febraplan), o evento teve como tema a substituição do atual Sistema Único de Saúde (SUS) pelo “Novo Sistema Nacional de Saúde”. Longe de ser inovadora, essa proposta tem o objetivo de destruir o SUS em benefício de empresas privadas.

O presidente desta federação, dono da empresa de planos de saúde joinvilense Agemed, e os demais envolvidos defendem a aproximação do sistema de saúde brasileiro ao dos Estados Unidos, país onde a assistência médica pública não existe. A proposta desse grupo de empresários é iniciar o repasse imediato de recursos do SUS para financiar a alta complexidade dos planos privados. O objetivo da Febraplan é que metade da população seja atendida pela iniciativa privada. As empresas teriam um investimento duplo, com uma parte vindo dos usuários e outra do Estado. Isso significa a privatização da saúde.

### Garantia de lucros

Com o aprofundamento da crise do capitalismo, os ataques aos direitos se intensificam. No Brasil, é possível perceber isso com as reformas aplicadas pelo governo de Michel Temer (MDB). A educação sofre duros cortes com a Reforma do Ensino. Se aprovada a Reforma da Previdência, o brasileiro terá que trabalhar até morrer. Aliado a is-

so, foi aprovada em 2016 uma lei que congela investimentos nos serviços públicos por 20 anos.

Agora, o ataque ao SUS é o próximo passo. O encontro promovido pela Febraplan reuniu senadores, deputados federais, Ministério da Saúde, além de representantes de organizações privadas. Seu esforço é para manter e ampliar os lucros – mesmo que, para isso, grande parte da população fique sem nenhum atendimento.

### Saúde norte-americana

Os Estados Unidos não têm uma política efetiva para a saúde pública, obrigando a população a contratar planos e seguros de saúde. Lá, existem poucos e ineficientes programas que prevêm o atendimento a idosos, crianças com baixa renda e para a comunidade mais carente. Nenhum desses programas tem a dimensão do SUS. Nesse país também não existe medicina preventiva. Este é o modelo que as empresas privadas, agora com a Febraplan à frente, tentam implantar no Brasil.

### Por que empresários defendem isso?

Mesmo sem contar com um sistema público de saúde, os norte-americanos investem valores altíssimos na área. Em 2017, o país gastou 17,5% do PIB com tratamentos. Isso porque toda vez que o Estado precisa intervir em algum caso urgente, compra direto do privado. Com isso,

o lucro das empresas é exorbitante

### Modelo a ser seguido

O direito à saúde, educação, moradia, transporte deve ser garantido pelo Estado a qualquer cidadão. Na área da saúde, Cuba deveria servir de referencial aos governos. Nessa ilha, o acesso ao curso de medicina é gratuito até mesmo para estudantes de outros países. O foco de investimento está na Saúde da Família, ou seja, é preventivo. A maior parcela de formados em medicina atua na área de prevenção de doenças. Além de ter custos mais baixos, reduz o número de internações – a parte mais cara na saúde.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde, Cuba é modelo na vigilância epidemiológica, na colaboração médica e na formação profissional. O país erradicou mais de 10 doenças, atualmente apresenta os níveis mais baixos de morte por recém-nascidos, equivalente a 4,5 para cada mil recém nascidos. Além disso, já enviou 38 mil médicos para ajudar 70 países.

Também existem fatores específicos do Brasil que são determinantes para a manutenção do SUS, como a extensão do país e a baixa renda da população.

É central para os trabalhadores defender a permanência e ampliação dos serviços públicos, que são um salário indireto, bem como a garantia de sobrevivência da classe trabalhadora.

## Sinsej ganha liminar contra corte de direitos

Tiago de Carvalho  
Advogado do Sinsej

**JOINVILLE** - O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública do município de Joinville concedeu parcialmente o pedido de liminar requerido em ação proposta pela assessoria jurídica do Sinsej. A decisão suspende os efeitos da Instrução Normativa 01/2017 em seus pontos mais críticos. Uma vitória para a categoria.

Em 6 de fevereiro de 2017, a então Secretária de Gestão de Pessoas, Rosane Bonessi, expediu a IN 01/2017, cujo teor repetia os termos da IN 02/2016. O documento, endereçado a todas as secretarias, autarquias e fundações, destinava-se a “regulamentar o controle de frequência dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Joinville, fundações e autarquias”. O ato, no entanto, era não só descabido em seu teor como manifestamente ilegal na sua forma.

Em diversos pontos a IN 01/2017 extrapolava a matéria a que pretendia e podia disciplinar, criava normas inexistentes no Estatuto dos Servidores e alterava o teor da lei, gerando prejuízos aos trabalhadores e instabilidade jurídica quanto aos seus direitos e garantias. Uma instrução normativa que não “instruía sobre norma”, mas, ilegal e autoritariamente, as criava, extinguiu e modificava.

Por conta da instrução 01/2017, por exemplo, servidores que por esquecimento não registrassem sua entrada ou saída no relógio ponto poderiam ter descontado um dia inteiro de trabalho. Mesmo tendo trabalhado normalmente. Mais absurdo ainda, o desconto deveria ser considerado como falta injustificada.

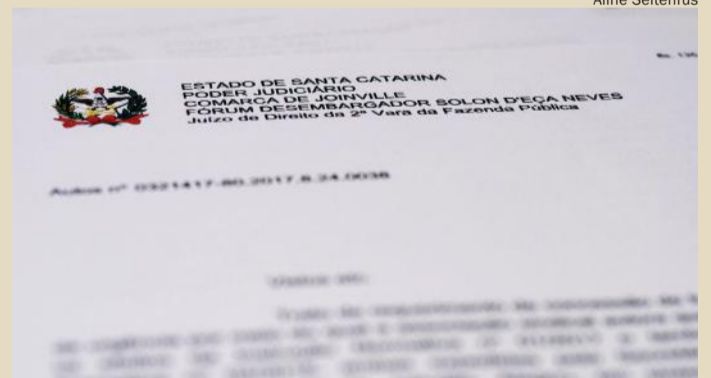
Também, a IN 01/2017 diminuía desavergonhadamente o número de dias das licenças estendidas aos servidores contratados, criando uma distinção que inexiste na lei. A título de exemplo, um servidor estável teria direito a oito dias de afastamento em virtude do falecimento do cônjuge ou filho menor, enquanto que um contratado teria dois.

A medida autoritária e unilateral do governo invadia a competência do Poder Legislativo, ignorando não só os trâmites necessários para a criação/modificação/extinção de direitos previstos em lei, como a própria lei. O objetivo era claro: precarizar direitos sem precisar enfrentar a resistência da categoria.

Após exauridas as tentativas políticas de revogação da medida, o Sinsej decidiu levar a questão ao Judiciário. O processo ainda aguarda decisão final.

**Processo número 0321417-80.2017.8.24.0038. Confira a decisão na íntegra no site do Sinsej.**

Aline Seitenfus



Instrução normativa era descabida no teor e ilegal na forma, pois suspendia direitos instituídos no Estatuto dos Servidores



www.sinsej.org.br

www.sinsej.org.br/blog

sinsej@sinsej.org.br

Facebook: Sinsej

### DIREÇÃO

**Ulrich Beathalter**  
Presidente

**Mara Lúcia Tavares**  
Secretária Geral

**Flávia Antunes**  
Tesoureira

**Josiano Godoi**

Secretário de Comunicação

**João Batista Verardo**

Secretário de Assuntos Jurídicos

**Marcio Avelino do Nascimento**

Secretário de Formação Sindical

**Antonio Félix Mafra**

Secretário de Patrimônio

**Edson Tavares**

Diretor Sindical

**Ninon da Rosa Peres**

Diretora Sindical

**Deise Regina Pereira de Lima**

Diretora Sindical

### ELABORAÇÃO

**Francine Hellmann**  
Jornalista - MTB 4946/SC

**Aline Seitenfus**  
Kályta Morgana de Lima